



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Favelas, estado e mercado: sobre a gestão de territórios e populações no Rio de Janeiro

Autoria: Márcia da Silva Pereira Leite (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Trabalhando com favelas e analisando sua relação com a cidade, venho analisando os regimes territoriais diferenciados que ali organizam a vida, os negócios e a sociabilidade, ainda que sob intensas tensões, disputas, enfrentamentos, negociações e ajustamentos, e envolvendo diversos atores. Esta categoria me foi inspirada pela análise da política de pacificação de favelas, via UPPs. Minha hipótese consiste em que, no período, o Estado e seus parceiros implementaram diferentes regimes territoriais nessas localidades. No paper, analiso as UPPs, desde 2008, como uma política governamental em que se combinaram Estado e mercado, com o concurso de Ongs e igrejas, para produzir uma cidade segura no contexto dos megaeventos. Souza Lima & Macedo e Castro (2015) nos advertem que, para compreender o Estado para além de sua idealização e justificação tal como expressa por Weber, precisamos compreender que as políticas do governamental (Foucault, 2008) se distanciam em muito do que usualmente se entende como políticas públicas. Esta perspectiva é central neste texto e se articula à compreensão das UPPs como uma política governamental, especificamente ao abrir mão de analisá-las como um dispositivo produzido estritamente pelo Estado (ou seja, como uma política estatal) e cujo sentido pudesse ser desvendado no campo das políticas de segurança pública. Trato-as como um experimento, e não exatamente como política pública, menos ainda como política estatal. Analiso como se desenvolveram e buscaram construir ordem nos territórios e para a cidade. Argumento que sua implementação em parte das favelas cariocas deixou clara a existência de regimes territoriais diferenciados nesses territórios com a concordância do Estado e de seus parceiros. O que se projeta para o futuro, uma vez que estão, hoje, em reconstrução. work com a categoria de regimes territoriais através de dois movimentos analíticos. O primeiro é a crítica das noções totalizantes de favela e periferia, que muitas vezes capturam nossas análises (Valladares, 2005). O segundo é a crítica da



percepção totalizante quanto à gestão estatal desses espaços (Das e Poole, 2004), como se, uma vez presente e atuante o Estado nesses territórios que teriam sido recuperados ao crime, os mesmos recebessem tratamento igualitário entre si e no caminho republicano de se aproximar da gestão dos espaços formalizados da cidade. Busco compreender, como formas específicas de gestão das favelas cariocas, os processos e as modalidades através das quais o poder se inscreve efetivamente nos territórios (Foucault, 2010), analisando os arranjos específicos de dispositivos de governamentalidade que recombina diferentes elementos e formas materiais desses poderes e lhes conferem um novo sentido (Collier, 2009).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: